

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

1. Instrumento de Medição de Resultados:

1.1. Conforme a Instrução Normativa Nº 05, de 26 de maio de 2017, emitida pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da CONTRATADA.

1.2. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) é uma disposição, pactuada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que define critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite a Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos;

1.3. A seguir apresentam-se os Indicadores de Desempenho a serem utilizados no Instrumento de Medição de Resultados do objeto deste Termo de Referência e em seguida sua descrição:

Indicador 1 – Atendimento à demanda aos serviços de vigilância:

| INDICADOR 01 - Atendimento à demanda aos serviços de vigilância | |
|--|---|
| FINALIDADE | Garantir execução e eficiência dos serviços contratados. |
| META A CUMPRIR | Realizar turnos noturno de 12 horas, entre 18h e 6h do dia seguinte diariamente e diurnos aos sábados, domingos e feriados conforme Contrato em escalas 12 x 36 |
| INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO | Folha de ponto, visitas aos locais de execução, livro de registro de ocorrências, boletins de ocorrências, reclamações de usuários, formulários de fiscalização inclusive do Público Usuário. |
| FORMA DE ACOMPANHAMENTO | Pela planilha/ Registros de ocorrências |
| PERIODICIDADE | Mensal |
| MECANISMO DE CÁLCULO | Somatório das pontuações obtidas por ocorrência |
| INÍCIO DE VIGÊNCIA | A partir do 1º dia a contar da assinatura do contrato. |
| Ocorrência | Pontos por ocorrência |
| Não cobertura do posto: pontuação a cada 15 minutos, limitado à 2 (duas) horas por dia. | 0,5 |
| Reclamação formal da prestação de serviço, feita por servidor ou público em geral, após análise da equipe de Fiscalização. | 0,5 |

| | |
|---|--|
| Permitir a realização de “dobra” da força de trabalho alocada ou não concessão dos descansos legais. | 0,5 |
| Deixar de realizar as rondas nas localizações de prestação dos serviços | 1,0 |
| Deixar de comunicar imediatamente, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias | 0,3 |
| Deixar de comunicar imediatamente às autoridades competentes em caso de sinistros, desvios, roubos ou invasões | 0,3 |
| Deixar de observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Campus, adotando as medidas de segurança recomendadas pela Administração e as previstas em Lei | 0,3 |
| Deixar de auxiliar no controle da entrada e permanência somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas | 0,2 |
| Deixar de repassar as demandas e serviços de uma equipe para outra na troca de turnos. | 0,3 |
| Deixar de colaborar com os órgãos de Segurança Pública como Guarda Municipal, Polícias Civil, Militar e Federal nas ocorrências dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento. | 0,5 |
| Deixar de inspecionar as dependências, identificando, prevenindo e coibindo, incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades. | 0,8 |
| Deixar de auxiliar no fluxo de pessoas, identificando, orientando, e encaminhando aos lugares desejados. | 0,2 |
| Não registrar em instrumento próprio as ocorrências. | 0,5 |
| Faixas de ajustamento no pagamento | |
| 1 a 2,9 pontos | Notificação |
| 3 a 3,9 pontos | Desconto correspondente a 1% do faturado do mês da aplicação |
| 4 a 4,9 pontos | Desconto correspondente a 2% do faturado do mês da aplicação |
| 5 a 5,9 pontos | Desconto correspondente a 3% do faturado do mês da aplicação |
| 6 a 6,9 pontos | Desconto correspondente a 4% do faturado do mês da aplicação |

| | |
|--|--|
| 7 a 7,9 pontos | Desconto correspondente a 5% do faturado do mês da aplicação |
| 8 a 9 pontos | Desconto correspondente a 6% do faturado do mês da aplicação |
| Acima de 9 pontos | Desconto correspondente a 7% do faturado do mês da aplicação |
| Ocorrência de pontuação acima de 9 pontos durante 3 meses a cada 12 meses de contrato. | Abrir processo para rescisão contratual. |
| | |
| | |

1.4. Os indicadores de desempenho do Instrumento de Medição de Resultados do objeto deste Termo de Referência poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas através de Termo Aditivo de contrato.

1.5. Para as três primeiras ocorrências será enviado uma notificação, como forma de adaptação ao Instrumento de Medição de Resultados, a partir da quarta ocorrência será cobrado de forma plena.

1.6. O Fiscal do contrato será responsável por enviar, por e-mail, o enquadramento do IMR para cada indicador estabelecido nas respectivas Faixas de Ajustes, para que as notas fiscais possam ser emitidas já com aplicação do Instrumento de Medição de Resultados. O Fiscal deverá enviar e-mail até o 15º dia útil do mês seguinte ao mês da prestação dos serviços.

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

| Nome do Órgão/ Empresa | Vigência do Contrato | Valor total do Contrato* |
|---------------------------|----------------------|--------------------------|
| | | |
| | | |
| Valor total dos Contratos | | R\$ |

Local e Data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado. FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA, PARA FINS DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ITENS "D.1" E "D.2" DA ALÍNEA "D" DO SUBITEM 11.1. DO ITEM 11 DO ANEXO VII-A, DESTA INSTRUÇÃO NORMATIVA.

- a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1 = Valor total dos contratos*

Observação:

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

- b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100 = \text{Valor da Receita Bruta}$$

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DA CONTRATADA SOBRE A QUITAÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E SOCIAIS DECORRENTES DO CONTRATO nº ____/202X.

Declaro que os encargos trabalhista, previdenciário, fiscal e intelectual ou qualquer outro resultante da contratação que seja indispensável para o desenvolvimento de serviços _____ a ser desenvolvido no Campus _____, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, é de exclusiva responsabilidade da Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, representada legalmente pela Sr. (a) _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ (ÓRGÃO EXPEDIDOR) e do CPF nº _____.

Local e data

Representante Legal da Empresa

ANEXO IV – TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Ref.: Pregão Eletrônico SRP Nº XX/2025, UASG 158370

Na forma estabelecida no item 4 do Termo de Referência da licitação em referência, declaramos que a empresa: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, representada pelo Senhor _____, compareceu à **VISTORIA**, oportunidade em que o representante exibiu documento comprobatório de estar credenciado pela empresa licitante.

(cidade), ____ de _____ de 2025.

Carimbo e assinatura do servidor responsável

DECLARO que, por intermédio do profissional acima, devidamente credenciado por esta empresa, foi realizada a **VISTORIA**, tendo na ocasião, tomado conhecimento das condições locais, bem como de todas as informações para o pleno cumprimento das obrigações previstas nesta licitação, necessárias à formulação da Proposta de Preços.

(cidade), ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante legal ou procurador do licitante CPF:

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

(Nome).....responsável legal da empresaCNPJ....., localizada na (endereço)....., telefone, e-mail....., declara que renunciou as visitas técnicas aos locais e as instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital nº XX/20XX do IFRN (Campus xx – Polo xx), e o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Local, ____/____/20__

Assinatura

Estudo Técnico Preliminar 7/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23139.000571.2025-41

2. Descrição da necessidade

O presente processo visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância armada para resguardar o patrimônio público e à segurança de todos os usuários do campus Caicó e Parelhas, sejam servidores, servidores terceirizados, alunos ou visitantes no exercício de suas atribuições, uma vez que o serviço de vigilância e segurança patrimonial tem como finalidade eliminar a prática de danos ao patrimônio público, bem como proporcionar segurança aos usuários do serviço público e servidores em geral.

Como instituição pública, o campus recebe diariamente um grande número de pessoas que acessam os seus espaços físicos para diversas finalidades. Comumente, são alunos regularmente matriculados, servidores, fornecedores ou comunidade em geral. Contudo, frequentemente suas dependências são acessadas por curiosos cujos objetivos são desconhecidos pela Administração, ou, ainda, visitantes que tem o objetivo de conhecer a infraestrutura ou possuem agendas com a Instituição. Tendo em suas dependências um vasto patrimônio com diversos bens de valor como computadores, equipamentos de laboratórios, mobiliários, veículos, materiais de consumo, entre outros, além de suas próprias instalações físicas. Estes, por sua vez, necessitam estar protegidos da ação de vândalos e de meliantes que porventura tentem se apropriar do patrimônio público, sendo este risco aumentado à noite e pela madrugada, quando não há mais alunos e/ou servidores transitando pela Instituição.

O órgão tem se precavido com cercamento de suas áreas, por meio de concertina, e acesso aos prédios controlados por guarita. Porém, esta medida por si só pode não ser suficiente devido às características específicas da unidade, onde se tem vasta área livre e que ainda continuam em expansão.

O presente objeto visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial ostensiva.

A necessidade da contratação se materializa através da identificação de um problema ou uma situação que deve ser resolvida pela Administração:

- i. a necessidade de garantir a segurança do patrimônio público do Campus Caicó do IFRN (instalações, equipamentos e acervo documental) não permitindo a sua depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que ocasionem em dano ao patrimônio; e
- ii. a necessidade de proteger a integridade física de toda comunidade acadêmica em geral, assim como os usuários do serviço público.

O objeto desta contratação é caracterizado como serviço continuado conforme Instrução Normativa nº 05/2017, pois visa a suprir necessidades permanentes da Administração Pública,

por meio da prestação de um serviço não passível de divisão ou segmentação lógica ou razoável em unidades autônomas, nem módulos, nem fases, nem etapas independentes, porém prestado de maneira seguida, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, ou de outro modo posto à disposição em caráter permanente, com a dedicação exclusiva de mão de obra.

O serviço de vigilância e segurança patrimonial caracteriza-se pela presença ostensiva de vigilantes devidamente fardados, armados ou não, em locais de maior exposição ao risco de ocorrências de furto, roubo e outros eventos, na busca incessante da preservação do patrimônio público.

Ao que pesa a viabilidade jurídica, a contratação, de forma continuada, dos serviços terceirizados de mão de obra com fornecimento de materiais, objeto desta demanda, tem suporte no art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Além do mais, a descontinuidade do serviço de vigilância patrimonial poderá acarretar sérios prejuízos ao patrimônio público, uma vez que uma eventual não contratação do serviço em tela tornaria demasiadamente vulnerável o patrimônio desta Unidade, pois vários locais dependem exclusivamente da vigilância terceirizada para realizar a prevenção e proteção das instalações físicas e dos bens públicos.

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no § 7º do art. 10º, prevê que "a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução".

Sabe-se que a terceirização é uma ferramenta de administração que transfere a terceiro a responsabilidade pela execução de tarefas específicas. Um dos benefícios é contar com um corpo de profissionais especializados na execução da atividade objeto de terceirização.

A Portaria MP nº 443, de 27 de dezembro de 2018, estabelece um rol exemplificativo de serviços a serem executados preferencialmente mediante terceirização. Dentre estes, inclui-se os serviços de segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio. Deve-se observar que o art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, estabelece vedações à terceirização na Administração pública, com destaque a impossibilidade de terceirização das atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal. E nesse caso, o quadro de pessoal da Administração Direta do Ministério da Educação não apresenta os cargos efetivos de Agente de Vigilância, Agente de Portaria e outros relacionados à área de segurança, uma vez que essas categorias foram extintas ou inclusas no quadro em extinção pela Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998. Nesse sentido, tais serviços não estão contemplados nas vedações de terceirização dispostas na norma. Assim, a alternativa da terceirização vem-se traduzindo como a solução cabível, em consonância com o disposto no art. 2º da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998, Decreto 9.507 de 2018 e parágrafo 1º do artigo 7º da IN nº 05/2017, que possibilita a contratação indireta de serviços.

Diante do exposto fica clara a vital importância da contratação do serviço de vigilância patrimonial para o IFRN campus Caicó e campus Parelhas e a necessidade de manter a segurança e preservação do patrimônio público de maneira ininterrupta, com a quantidade de

postos suficientes para atender a estrutura do campus. Assim, faz-se necessário a contratação do serviço de vigilância armada 12x36h, numa vez que os contrato atual está em perspectiva de rescisão, ou não renovação, tendo em vista os problemas enfrentados no andamento de sua execução.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|-------------------|--------------------------------------|
| DIAD/CA | Maria das Vitórias de Macedo Azevedo |
| COSGEM/CA | Jeferson Lucena de Medeiros |
| GABIN/PAAS | Victor Carvalho de Assis |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços serão prestados no IFRN Caicó, conforme endereço abaixo:

IFRN Campus Caicó - RN 288, S/N. bairro Nova Caicó | Caicó/RN | CEP: 59.300-000 | CNPJ: 10.877.412/0012-10; Telefone: (84) 4005-4102.

IFRN Campus Parelhas - Rua Dr. Mauro Duarte, S/N, bairro José Clóvis, Parelhas/RN, CEP 59.360-000; CNPJ: 10.877.412/0001-68; Telefone: (84) 4005-4115.

Os postos de trabalho deverão ser enquadrados na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 5173-30), referente a categoria profissional de vigilante com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

Descrição sumária:

- Vigiam dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades;
- Zela pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos; recebem e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito;
- Fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio; escoltam pessoas e mercadorias. Controlam objetos e cargas;
- Vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio;
- Vigiam presos. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes;

De acordo com o Caderno de Logística para prestação de serviços de vigilância patrimonial, são requisitos essenciais para que as empresas especializadas operem:

- Autorização de funcionamento concedida conforme o art. 40 da Lei nº 14.967/24;

- Comunicação à Secretaria de Segurança Pública do respectivo Estado, Território ou Distrito Federal;
- Caberão ao Ministério da Justiça, por intermédio de seu órgão competente ou mediante convênio com as respectivas Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, as seguintes competências, entre outras:
 - a) Conceder autorização para o funcionamento das empresas especializadas em vigilância.
 - b) Fiscalizar as empresas e os cursos de formação de vigilantes.
 - c) Aplicar às empresas e aos cursos as penalidades previstas na Lei nº 14.967/24.

d) Fixar o número de vigilantes das empresas especializadas em cada Unidade da Federação.

e) Fixar o currículo dos cursos de formação de vigilante.

- As competências previstas na alínea “a” e “e” não poderão ser objeto de convênio;
- Os diretores e demais empregados das empresas de vigilância não poderão ter antecedentes criminais registrados (art. 18 da Lei nº 14.967/24);
- O capital integralizado da empresa de vigilância deve seguir o previsto no art 14 da Lei nº 14.967/24);
- O Departamento de Polícia Federal é o órgão competente do Ministério da Justiça responsável por autorizar, controlar e fiscalizar o funcionamento das empresas especializadas, dos cursos de formação de vigilantes e das empresas que exercem serviços orgânicos de segurança (art. 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983);
- A Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, estabelece os procedimentos e os documentos necessários do processo de autorização de funcionamento das empresas do setor;
- As autorizações de funcionamento devem ser revistas anualmente em processos autônomos (vide Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF).

Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.967/2024:

I) ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II) ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III) ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;

IV) ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

V) não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e

VI) estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

VII) ter concluído todas as etapas do ensino fundamental

VIII) estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

Será assegurado ao vigilante:

I. atualização profissional;

II. uniforme especial, regulado e devidamente autorizado pela Polícia Federal;

III. porte de arma de fogo, quando em efetivo serviço, nos termos desta Lei e da legislação específica sobre controle de armas de fogo;

IV. materiais e equipamentos de proteção individual e para o trabalho, em perfeito estado de funcionamento e conservação;

V. seguro de vida em grupo;

VI. assistência jurídica por ato decorrente do serviço;

VII. serviço autônomo de aprendizagem e de assistência social, conforme regulamento;

VIII. piso salarial fixado em acordos e convenções coletivas.

Devem ser observadas boas práticas sustentáveis para serviços de vigilância:

A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente;

É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

- A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;

- Só será admitido o uso de veículos eficientes, que respeitem os critérios previstos no Programa de Controle da Poluição por Veículos Automotores (PROCONVE)/ Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (PROMOT) e movidos a biocombustível;
- A contratada deverá utilizar bicicletas em substituição aos veículos motorizados para a realização de rondas, sempre que possível, de modo a reduzir as emissões de gases poluentes;
- A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;
- A contratada deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- A contratada deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel;
- A contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade;
- É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;
- A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

O serviço de vigilância deverá ser executado com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas vigentes, em especial os normativos do Ministério do Trabalho.

De acordo com o Artigo 3º, § 1º do Decreto nº 9.507 de 21/09/2018:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Sendo assim, a contratação de vigilante, assim como outras atividades que visam dar suporte à estrutura dos serviços prestados à sociedade, de acordo com o contido no § 1º do art. 3º do Decreto n.º 9.507/2018 (grifo nosso), são definidas como acessórias à atividade fim da Instituição, podendo ser objeto de execução indireta.

Cabe destacar que a atividade de vigilância está contemplada no inciso XXI do Art. 1º, da Portaria 443, de 27 de dezembro de 2018.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Ficam assegurados aos empregados que atuarão na atividade de vigilância, o recebimento do piso salarial apontado em convenção coletiva vigente para a localidade e apresentada quando da entrega da proposta.

Serviu de base para o presente Estudo Técnico Preliminar a convenção coletiva RN000199/2025, cuja autenticidade pode ser auferida no link: <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>

A contratada deverá disponibilizar materiais e equipamentos para cada vigilante, durante toda a vigência do contrato, e quando necessária sua substituição periódica conforme previsão em contrato ou em decorrência de desgastes ou falhas, uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, bem como prover as condições de trabalho satisfatórias nos termos estipulados pela Convenção Coletiva do Trabalho da categoria.

A qualidade nos serviços e materiais fornecidos pela empresa contratada será conseguida por exigências contratuais bem claras e definidas para a execução dos serviços e pela constante ação de fiscalização da Contratante e outras exigências legais, como manter preposto, aceito pela administração, no local do serviço, com suas devidas atribuições, para representá-la na execução do contrato.

O contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei no 14.133, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 120 (cento e vinte)

meses, quando devidamente justificado e no interesse da Administração, visando sempre a manutenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado buscando as possibilidades de vigilância dos espaços da instituição.

Após análises, uma das soluções identificada foi as atividades de vigilância serem exercidas por servidores de carreira. No entanto, o cargo de vigilância, figura como em extinção, conforme a Lei nº 9.632 /2018. Cita-se ainda o Decreto 9.507/2018 e a Portaria 443/2018 do Ministério do Planejamento que tratam de atividades sujeitas a terceirização nas autarquias federais, incluindo as atividades de vigilância.

Outra solução seria a vigilância eletrônica. Ela é amplamente ofertada pelo mercado e exige apenas o registro do profissional técnico no CREA. No entanto, existem algumas questões a serem consideradas: A sua implementação não é imediata, exigindo mais tempo para preparação e instalação do equipamento. Além disso, por necessitar acionar uma central, o tempo de resposta para deter uma ocorrência é maior. Esse fator de demora no tempo de resposta, inclusive, é um fator observado também na solução de vigilância não armada. É preciso considerar que além do patrimônio, o IFRN lida também com vidas, que em sua maior parte é composta por menores de idade. Com o recente aumento da violência nas escolas, materializado pelos ataques frequentes à vida dos alunos e profissionais da educação, é imperativo que se pense em uma atuação tempestiva.

É possível observar que embora seja uma solução mais cara e burocrática, uma vez que precisa de autorização de alguns órgãos federais, a contratação de vigilância armada atende melhor as necessidades dos Caicó e Parelhas. Além de diminuir o tempo de resposta, já que o vigilante é autorizado a agir imediatamente; existe o fator psicológico do impacto ostensivo proveniente das rondas e do armamento, que inibe ações criminosas.

Esse tipo de contratação, vigilância armada, é de comum contratação de órgãos públicos.

Ressalta-se ainda que a referida contratação se alinha à política do Governo Federal, na reestruturação da máquina administrativa através de estratégias de racionalidade, buscando atingir padrões de excelência em qualidade e produtividade, focando sua ação nas áreas fins e reduzindo a demanda por serviços de apoio ao estritamente necessário.

Meios de contratação:

a) Forma de contratação

Segundo art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Dessa forma, a melhor opção de contratação para tais serviços, considerando serem todos de natureza comum nos moldes da Lei citada, é por pregão, na sua forma eletrônica.

6. Descrição da solução como um todo

Considerando o levantamento realizado no item acima, das possíveis soluções, verificou-se que aquela que atende melhor a demanda é a vigilância armada e ostensiva.

O serviço de vigilância armada e ostensiva possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado (Art. 6º inciso XIII da lei 14.133 de 01 de abril de 2021).

Considerando que a quantidade do serviço a ser executado pode ser definida previamente com boa margem de precisão, o regime de execução a ser adotado é o de menor preço Global por grupo (configurada no presente certame como uma unidade administrativa ou Campus) observadas as especificações e exigências contidas neste instrumento, no edital e demais anexos.

O fracionamento do objeto por item não se mostra viável na presente contratação, em virtude das suas características e suas obrigatórias interações, que impossibilitariam a atribuição, a diferentes contratadas, eventual responsabilidade por danos ou por defeito de execução. Ademais, mostrar-se-ia antieconômico e por demais elevado o custo de mobilização de diferentes empresas para executar parcelas individuais e distintas dos serviços que se pretende contratar, fosse essa a escolha da Administração. Além das razões acima enumeradas, a contratação por preço global ensejará o planejamento e a racionalização do trabalho, a melhor gestão dos contratos, o adequado cumprimento de prazos e padrões de qualidade, além da atribuição de responsabilidade pelos serviços executados.

O certame deverá possibilitar a ampla concorrência entre os fornecedores interessados, desde que atendam os requisitos mínimos de habilitação e do objeto, a se fazerem constantes no Edital e Termo de Referência.

A vigência do contrato a ser firmado será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por até 10 anos. (Artigos 106 e 107, da lei 14.133 de 01 de abril de 2021).

Todos os empregados deverão ser habilitados e com conhecimento básico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

A CONTRATADA deverá disponibilizar materiais e equipamentos para cada vigilante, durante toda a vigência do contrato, e quando necessária sua substituição periódica conforme previsão em contrato ou em decorrência de desgastes ou falhas, uniformes e seus complementos à mão-de-obra envolvida, bem como prover as condições de trabalho satisfatórias nos termos estipulados pela Convenção Coletiva do Trabalho da categoria.

Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 12:00 e das 13:00 às 15:00 horas.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

O pedido de vistoria deverá ser realizado com antecedência mínima de 30 (três) dias úteis da data pretendida. A vistoria poderá agendada pelos telefones:

CAICÓ - (84) 4005-4102 Ramal (6026) ou pelos e-mails diad.ca@ifrn.edu.br e cosgem.ca@ifrn.edu.br

PARELHAS - (84) 4005-4115 Ramal (8214) ou pelos e-mails diad.paas@ifrn.edu.br e victor.assis@ifrn.edu.br

A vistoria poderá ser comprovada por meio de atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência ou declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento.

A CONTRATADA deverá observar a jornada de trabalho legal de 12 (doze) x 36 (Trinta e seis) horas alternadas, distribuídos em postos diurno e noturno, para os profissionais que executarão os serviços, em conformidade à Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

Os serviços demandarão jornada de trabalho legal diária de 12 (doze) x 36 (Trinta e seis) horas alternadas para o posto noturno ao longo no ano, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias estimados. Para o posto diurno demandarão jornada de trabalho legal diária de 12 (doze) x 36 (Trinta e seis) horas alternadas para sábados, domingos e feriados municipais, estaduais, federais e pontos facultativos, contemplando quantidade de 125 (cento e vinte e cinco) dias estimados.

O controle do cumprimento da carga horária será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus empregados nas ocorrências de falta ou de interrupção no cumprimento da carga horária, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, devendo comunicar à Fiscalização do Contrato a ocorrência e apresentar a(s) substituição (es).

A CONTRATADA deverá indicar, mediante declaração, um preposto, aceito pela administração, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário. Na declaração deverá constar o nome completo, número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

O preposto deverá se apresentar à respectiva unidade fiscalizadora em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente com os servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativos à sua competência.

O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às Notas Fiscais faturas dos serviços prestados.

A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

O Preposto deverá realizar inspeções in loco, pelo menos uma vez ao mês, fazendo-se necessário reunir-se com a fiscalização do contrato, a fim de garantir a boa execução do contrato.

Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão cumprir todas as normas gerais a seguir relacionadas, e ainda as atribuições específicas do serviço contratado:

1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
2. Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas;
4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
6. Repassar para o vigilante que está assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
7. Comunicar à área de segurança da Administração todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da Administração;
8. Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e fins de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;
10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instalação;
11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à segurança da Administração, no caso de desobediência;
12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial dentro da unidade administrativa, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

13. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
14. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da Administração, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
15. Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
16. Manter-se no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
17. Prestar atendimento de forma cortês e garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;
18. Apagar as luzes, desligar aparelhos de ar-condicionado e equipamentos eletrônicos, de acordo com as orientações da Contratante;
19. Registrar no livro de ocorrência emergências e acesso de pessoas a salas cuja entrada seja restrita;
20. Passar o serviço, ao deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
21. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
22. Manter atualizada quaisquer documentações utilizadas a serviço, inclusive o livro de ocorrência, cujo deverá ser disponibilizado à Contratante sempre que solicitado pelo fiscal do contrato;
23. Fiscalizar a entrada e saída de equipamentos nas instalações, identificando o registro patrimonial;
24. Utilizar a arma somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
25. Comunicar à fiscalização da Contratante todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco ao patrimônio da Administração ou à segurança dos usuários;

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas (quantidades por Campus/Unidade), promovendo sua substituição quando necessário:

MATERIAIS

| DESCRIÇÃO | QUANT. POR VIGILANTE | QUANT. POR POSTO |
|------------------|-----------------------------|-------------------------|
| | | |

| | | |
|--|---|---|
| Tonfa | 1 | 1 |
| Porta tonfa | 1 | 2 |
| Apito | 1 | 2 |
| Lanterna LED Recarregável (bateria) | 1 | 2 |
| Revólver calibre 38 + Registro + Manutenção | 1 | 1 |
| Projétil para revólver calibre 38 | 6 | 6 |
| Cinto de guarnição | 1 | 1 |
| Colete Balístico Nível II - A | 1 | 1 |
| Coldre | 1 | 1 |
| Livro de Ocorrência (livro ata, capa dura, na cor preta) | 1 | 1 |
| Cofre | 1 | 1 |

A CONTRATADA deve:

- Fornecer as armas, munições e respectivos acessórios aos vigilantes, em perfeito estado de funcionamento, no momento da implantação dos postos;
- Oferecer munição de procedência de fabricante, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas;
- Apresentar à Administração a relação de armas e cópias autenticadas dos respectivos “Registro de Arma” e “Porte de Arma”, que serão utilizadas pela mão de obra nos postos;

A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

O livro de registro, deverá ser repostado antes de seu preenchimento total, visando a continuidade dos registros em tempo real;

A licitante deverá entregar, quando da elaboração da proposta, a relação dos uniformes, materiais e equipamentos, contendo todas as especificações e quantidades que serão utilizadas na execução do serviço.

Deverão ser fornecidos uniformes aos profissionais, sendo substituídos semestralmente para garantir eles sejam conservados em boas condições.

O uniforme deve compreender as seguintes peças do vestuário (quantidades por Campus /Unidade):

UNIFORMES

| DESCRIÇÃO | QUANT. POR VIGILANTE | QUANT. POR POSTO |
|------------------------|----------------------|------------------|
| Calça comprida | 2 | 4 |
| Camisa manga curta | 2 | 4 |
| Par de meias | 2 | 4 |
| Par de coturno | 1 | 2 |
| Japona (Jaqueta) | 1 | 2 |
| Cinto nylon | 1 | 2 |
| Quepe | 1 | 2 |
| Distintivo tipo broche | 1 | 2 |
| Crachá | 1 | 2 |

A CONTRATADA deverá submeter amostra do uniforme em até 5 (cinco) dias contados do início da vigência do contrato, para aprovação por parte da Contratante, do modelo, cor e qualidade do tecido, estando resguardada ao IFRN o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, tendo a CONTRATADA a obrigatoriedade de apresentar nova amostra em 3 (três) dias subsequente ao da reprovação;

A CONTRATADA deverá providenciar para que os profissionais se apresentem no local de prestação dos serviços trajando uniforme completo, no início da execução do contrato, fornecidos às expensas da empresa. Os uniformes deverão ser entregues com todos os ajustes necessários, de acordo com as medidas de cada empregado;

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE;

A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;

No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato. Não é permitido que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

Deverá ser criada uma conta vinculada, que somente será movimentada, para liberação do pagamento direto das verbas aos trabalhadores, conforme Artigo 121, § 3º, inciso III da Lei nº 14.133/2021.

A escolha da Conta-depósito Vinculada para o tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte da contratada se dá pelo fato deste modelo já ter sido implementado no IFRN, sendo utilizado em outros contratos dos campi, inclusive os vigentes. Além disso, os servidores já estão capacitados em relação a este modelo de controle interno e o seu fluxo de processos já está consolidado no IFRN, não necessitando que esta incorra em custos relativos à implementação de um novo modelo.

Por outro lado, o Pagamento pelo Fato Gerador não possui uma boa relação custo-benefício. Primeiramente, pelo fato de os servidores não estarem capacitados para operacionalização deste modelo e os campi possuírem número reduzido de servidores.

A fiscalização do serviço será realizada por Fiscal do Contrato especialmente designado, na forma prevista na Lei nº 14.133 /2021.

Ocorrendo o desaparecimento de bens ou danos ao patrimônio da Contratante, evitáveis pelo cumprimento das rotinas contratuais, responderá a CONTRATADA pelo prejuízo, apurado em procedimento próprio, respeitado o contraditório e a ampla defesa, instruído, dentre outros elementos pertinentes, com o boletim de ocorrência, quando poderá escusar-se da responsabilidade caso manifeste o perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais;

Não afastada a responsabilidade da CONTRATADA, a reparação do dano operar-se-á preferencialmente mediante a substituição do bem desaparecido ou danificado por outro idêntico ou de qualidade superior;

Não havendo o pagamento por parte da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o valor apurado, conforme a cláusula anterior, será descontado da garantia oferecida ou da próxima fatura mensal;

A CONTRATADA é responsável por substituir, no prazo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA.

A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 60 (sessenta) dias, contado da data do fornecimento, pela contratada, da documentação comprobatória da variação de custos a serem repactuados.

Deverá ser cobrada uma garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5%, conforme regras previstas no contrato.

Sob a contratação não incide o tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte previsto no Decreto nº 8.538/2015, uma vez que o item possui valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Além disso, a divisão do objeto causaria prejuízo ao conjunto da contratação, aumentando os custos e prejudicando a execução e fiscalização do contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades do objeto de estudo foi baseada em aspectos técnicos, financeiros e logísticos, visto que os campi Caicó e Parelhas dispõem de apenas uma entrada/saída, onde existe uma guarita, da qual pode ser realizado o controle de entrada e saída de veículos, usuários e equipamentos.

Além disso, a estimativa foi feita com base na manutenção dos postos de serviço já vigentes através dos contratos existentes em cada campus.

Portanto, a indicação é para a contratação de um posto de serviço, priorizando o turno noturno e flexibilizando o diurno, na medida do possível, a depender da rotina da unidade e da disponibilidade de serviços complementares, a exemplo do posto de serviço de porteiro no turno diurno.

- 1 POSTO DE VIGILANTE 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, cujo horário é das 18h às 06h, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

- 1 POSTO DE VIGILANETE 12 (doze) horas diurnas, apenas aos sábados, domingos e feriados municipais, estaduais, federais e pontos facultativos, cujo horário é das 06h às 18h, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 911.474,13

A pesquisa de preços foi realizada observando as orientações contidas na legislação vigente e mediante a utilização dos parâmetros da IN 65/2021.

Para a composição da planilha de custos foram considerados as obrigações e benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT RN 000199/2025, bem como pesquisa realizada no módulo pesquisa de preços do Portal de Compras do Governo Federal para alguns insumos, a exemplo do fardamento e materiais. Alguns itens não foram encontrados no Portal de Compras do Governo Federal, sendo então feita a pesquisa em sítios eletrônicos especializados de domínio amplo.

Foi realizado, ainda, uma busca referente aos valores dos postos em outras contratações similares realizadas pela Administração Pública, para verificar se os valores obtidos na planilha estão de acordo com os praticados em outras contratações.

É importante destacar que compete ao licitante apresentar proposta comercial detalhando todos os custos envolvidos e necessários para a prestação do serviço e indicar qual instrumento de acordo coletivo de trabalho está usando como referência para a composição de preços. A proposta deve contemplar planilha de custo e formação de preço, documento esse elaborado e também de responsabilidade do licitante.

A composição de preços a partir da CCT RN000199/2025 para precificação dos itens do presente certame foi escolha da equipe de planejamento da contratação por entender que o referido instrumento é o que melhor se adequa a realidade da contratação desejada. O objeto da contratação é o serviço de vigilância armada e a referida CCT possui abrangência para os trabalhadores integrantes da categoria profissional de segurança privada no Estado do Rio Grande do Norte. Essa opção adotada pela equipe de planejamento de contratação não se configura como uma obrigação para os licitantes.

A Constituição Federal prevê, no seu art. 37, XXI, a contratação de obras, serviços, compras e alienações mediante a observação do princípio da isonomia, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. Dessa forma, será uma disputa pautada na igualdade onde todos os licitantes devem apresentar a composição de custos referenciados por um instrumento de acordo coletivo de trabalho vigente (a exemplo de uma CCT) que esteja compatível com o posto de serviço desejado e com as atividades econômicas do licitante.

Como resultado, foi obtido o valor de referência de R\$ 911.474,14 (novecentos e onze mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e treze centavos).

O Quadro abaixo apresenta a composição do valor estimado para as unidades envolvidas no presente certame.

Quadro: Valor estimado por posto de serviço para os campi Caicó e Parelhas deste IFRN

| ITEM | PROFISSIONAL | UND MEDIDA | VALOR UNT | QTDE MESES | VALOR TOTAL |
|-------------------|---|---------------|---------------|---------------|----------------|
| 1 | Posto de 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, horário de 18h às 06h, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas. CAMPUS CAICÓ. | Posto | R\$ 14.509,48 | 24 | R\$ 348.227,52 |
| 2 | Posto de 12 (doze) horas diurnas, aos sábados, domingos e feriados, horário de 06h às 18h, envolvendo 02 (dois) vigilantes. CAMPUS CAICÓ. | Posto | R\$ 4.479,56 | 24 | R\$ 107.509,55 |
| 3 | Posto de 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, horário de 18h às 06h, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas. CAMPUS PARELHAS. | Posto | R\$ 14.509,48 | 24 | R\$ 348.227,52 |
| 4 | Posto de 12 (doze) horas diurnas, aos sábados, domingos e feriados, horário de 06h às 18h, envolvendo 02 (dois) vigilantes. CAMPUS PARELHAS. | Posto | R\$ 4.479,56 | 24 | R\$ 107.509,55 |
| VALOR TOTAL | | | | | R\$ 911.474,14 |
| VALOR TOTAL ANUAL | | | | | R\$ 455.737,07 |

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando a natureza dos serviços a serem contratados, não haverá parcelamento, uma vez que se trata de um único item que é a contratação do serviço de vigilância armada e ostensiva, ou seja, trata-se de um objeto indivisível.

A licitação será realizada em grupo, tendo em vista a necessidade de atendimento as duas unidades do IFRN (campus Caicó e Parelhas), o licitante oferecer proposta para todos os itens que compõe o grupo.

O critério de julgamento adotado será menor preço global do grupo, observadas as especificações e exigências contidas neste instrumento, no edital e demais anexos.

A opção por agrupamento em grupos de itens a serem adquiridos é considerada lícita, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si, conforme disposto no Acórdão 5.260/2011 - 1ª Câmara, Acórdão 861/2013 Plenário, TC006.719/2013-9, relatora Ministra Ana Arraes, de 10/04/2013.

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Porém, diante das peculiares circunstâncias do caso concreto considerou-se que a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, o agrupamento desses itens em grupo único, com elementos de mesmas características, de modo a gerar posteriormente um único contrato com uma única empresa, de modo a otimizar a gestão e fiscalização do serviço. Além disso, a licitação por itens isolados poderia causar o desinteresse das empresas em participarem do certame.

Diante do exposto, entende-se que o não parcelamento, nesse caso, não acarretará prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, nem prejudicará a ampla concorrência e ampliação da competitividade, sendo mais vantajoso para administração, uma vez que facilita a própria execução do contrato, pois caso haja sinistro, a atribuição de responsabilidade será direcionada a empresa prestadora do serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com as políticas definidas pelo Regimento Geral do IFRN, aprovado pela Resolução Nº 15/2010-CONSUP/IFRN, de 29/10/2010 e o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019- 2026) aprovado pela Resolução no 22/2019-CONSUP, de 14/05/2019;

11.1.1. Conforme estabelece o Regimento Geral do IFRN, no Art. 61:

Compete ao Diretor-Geral:

IV. celebrar acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas, no âmbito de atuação do Campus;

A presente contratação foi incluída no Plano de Contratações Anual de 2025, bem como no Plano de Atividades 2025 em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme planejado no projeto estratégico AD - Administração - Contratação do serviço de vigilância patrimonial.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de vigilância armada e ostensiva, proporcionará um ambiente seguro, resguardando os bens patrimoniais e a segurança dos servidores, alunos e demais usuários da instituição.

Prezando pela economicidade no processo de contratação, realizou-se pesquisa de preço a fim de ratificar a proposta mais vantajosa para a administração, levando-se em consideração os preços praticados no mercado.

A Administração busca com essa contratação em apreço otimizar o seu trabalho e executar as atividades a ela afim, aproveitamento melhor seus recursos humanos, materiais e financeiros, bem como responder eficazmente à demanda e às necessidades de seus usuários, visando oferecer condições necessárias para que os servidores desempenhem suas funções em um ambiente seguro.

Portanto, considerando que o serviço é de natureza essencial e sua interrupção pode comprometer o bem-estar das pessoas, torna-se imprescindível a contratação pretendida, garantindo a este Instituto um serviço de qualidade, pautado na eficiência e eficácia, inclusive respeitando as boas práticas de sustentabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

Para esta contratação não há necessidade de adequação do ambiente deste Instituto, visto que se trata de prestação continuada e a infraestrutura dos Caicó e Parelhas está adequada a execução dos serviços pleiteados com a contratação

14. Possíveis Impactos Ambientais

Entre os impactos ambientais identificados estão aqueles relacionados ao consumo excessivo de água e energia elétrica e a geração de resíduos decorrentes da execução do serviço. Além disso, figura-se como impacto também o dano causado por acidentes de trabalho.

Para mitigar os impactos, deverá ser exigido da contratada a adoção das práticas e critérios de sustentabilidade discriminados no item “Descrição dos requisitos da contratação” deste Estudo Técnico Preliminar, como, por exemplo, fornecer EPIs, realizar treinamentos, adotar copos não descartáveis, evitar o uso de pilhas, dando preferência por baterias recarregáveis em equipamentos como a lanterna.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a esta Comissão de Planejamento aponta como viável a contratação considerando a essencialidade da demanda, o alinhamento com o Plano de Contratações Anual (PCA) do IFRN, e pelo fato da solução apontada revelar-se calcada nos normativos que regem a matéria, resguardando assim a imprescindível legalidade e o interesse público, consoante o inciso art 9º, inciso XIII, da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022, bem como se tratar de um objeto de natureza comum, passível de ser ofertada por um grande número fornecedores.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Como setor demandante da contratação, informo necessidade e ser viável a presente contratação.

MARIA DAS VITORIAS DE MACEDO AZEVEDO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/05/2025 às 15:35:28.

Despacho: Como setor demandante da contratação, informo necessidade e ser viável a presente contratação.

JEFERSON LUCENA DE MEDEIROS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/05/2025 às 19:18:03.

Despacho: Como setor demandante da contratação, informo necessidade e ser viável a presente contratação.

VICTOR CARVALHO DE ASSIS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 30/05/2025 às 16:29:07.

Despacho: Como Ordenador de Despesa, aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, que dará base a contratação pleiteada.

RICARDO RODRIGUES DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 30/05/2025 às 15:58:05.

Documento Digitalizado Público

Anexos do TR 45/2025 - Atualizado

Assunto: Anexos do TR 45/2025 - Atualizado
Assinado por: Alessandro Araujo
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:
■ **Alessandro Vinicius Pereira Rolim de Araujo, DIRETOR(A) DE DIRETORIA - CD0004 - DIAD/CA**, em 02/06/2025 06:47:12.

Este documento foi armazenado no SUAP em 02/06/2025. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 2192873
Código de Autenticação: c414c59022

